



RAIMUNDO MACHADO, *PRESEPIO DO PIPIRIPAU*, 1906-1988, ACERVO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL. FOTO: FOCA LISBOA.

CONSTRUINDO LUGARES DE URBANIDADE METROPOLITANA EM TEMPOS DE PANDEMIA:

desafios e estratégias para continuidade da Extensão Universitária

BEATRIZ RIBEIRO BARTHOLO*

DANIEL MEDEIROS DE FREITAS*

JUNIA MARIA FERRARI DE LIMA*

ELISÂNGELA DE ALMEIDA CHIQUITO*

ANA CLARA VARGAS DE MELO*

MARIA ISABEL TAMIÃO SANTANA*

GIOVANA LEMOS PEREIRA*

RESUMO A Extensão, assim como o Ensino e a Pesquisa, se constitui como um dos três pilares da universidade pública no Brasil e seu princípio orientador é a aproximação entre a universidade e a sociedade civil. Este artigo apresenta algumas inovações e tendências em relação a essas práticas extensionistas, tendo em vista não apenas a urgência imposta pela pandemia, mas também a consolidação de formas de ação já vivenciadas nessa área. Para isso, nos apoiamos nas experiências do projeto de extensão “Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana” da Escola de Arquitetura da UFMG. Pretende-se, a partir das metodologias adotadas na pré-pandemia e durante o atual período, relatar os desafios e as estratégias adotadas nessas diferentes condições.

PALAVRAS-CHAVE Extensão universitária; Metodologias; Imersões; Ensino Remoto Emergencial.

ABSTRACT Extension, as well as Teaching and Research, is one of the three pillars of the public university in Brazil, and its guiding principle is the approach between the university and civil society. This article presents some innovations and trends in relation to these extension practices, considering not only the urgency imposed by the pandemic, but also the consolidation of forms of action already experienced in this area. For this, we supported the extension project “Building Places of Metropolitan Urbanity” of the School of Architecture at UFMG. It is intended, from the methodologies adopted in the pre-pandemic and during the current period, to report the challenges and strategies adopted under different conditions.

KEYWORDS University extension; Methodology; Immersions; Emergency Remote Education.

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

I. Introdução

A trajetória da extensão universitária no Brasil tem registros desde 1911, ainda que de forma não oficial, a partir de “cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, e [de] prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, [...] na década de 1920” (FORPROEX, 2012, p. 7), ambas as ações voltadas para projetos de educação em áreas rurais (DE PAULA, 2013). Desde então, essa trajetória tem sido permeada por iniciativas no sentido de avançar para uma maior integração com a sociedade civil, bem como de um fortalecimento dentro da própria estrutura acadêmica. São exemplos disso o Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado na Bahia em 1960, e a Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), que instituiu de forma oficial, em seu Artigo 20, a Extensão Universitária no país. No entanto, somente em 1987, após o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária – FORPROEX –, a extensão adquiriu contornos mais alinhados com seu papel atual, configurando-se como um dos três pilares de sustentação da Universidade Pública no Brasil, com a importante função articuladora entre o ensino e a pesquisa. A Constituição de 1988, em seu Artigo 207, reforça o caráter indissociável entre esses três segmentos, além de estabelecer o apoio financeiro para viabilizar as atividades de pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012).

A partir daí, a extensão passou a ser progressivamente incorporada como atividade estruturante no meio acadêmico, contemplando cada vez mais ações e reflexões para sua efetiva integração com o ensino e pesquisa, das quais se desdobram múltiplas práticas extensionistas em diferentes universidades brasileiras. O projeto de extensão “Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana”, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos (LabUrb) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG), tem sido uma dessas práticas.

Desde sua criação, em 2017, como um desdobramento do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte

(PDDI-RMBH), o projeto vem desenvolvendo um conjunto de ações articuladas com o ensino e pesquisa com uma rede de agentes da sociedade civil, da universidade e de instituições públicas. Essas ações se orientam por um amálgama entre as concepções de aprendizado e mobilização social, tradições de planejamento identificadas por Friedmann (1987)¹ e que buscam, no caso da primeira, superar as contradições entre teoria e prática a partir da ideia de que o comportamento pode ser transformado pela experimentação social e pelo diálogo constante entre o conhecimento e a ação; e, no caso da segunda, privilegiar as ações coletivas baseadas na solidariedade social como perspectiva de mudanças mais estruturais. A partir desses fundamentos, as ações extensionistas que sempre estiveram articuladas às disciplinas oferecidas para a graduação com vagas abertas para diferentes cursos da UFMG também associaram atividades de pesquisa de alunos e docentes que contribuíram para reflexão sobre as práticas, aprimorando procedimentos teóricos e metodológicos que retroalimentam as práticas extensionistas e as atividades de ensino.

Em 2020, os efeitos da pandemia da COVID-19 demandaram novos desafios para a extensão universitária, sobretudo em relação à preservação das redes e parcerias com as comunidades. Com o objetivo de contextualizar essa experiência, bem como os períodos que a antecederam, a primeira parte do artigo aponta algumas inflexões teóricas e práticas institucionais na construção da extensão universitária no Brasil, com ênfase na busca pela mudança de um modelo de extensão *assistencialista/paternalista* para um outro mais alinhado com a ideia de *compartilhamento*².

Na seção seguinte, apresenta-se o projeto Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana por meio de dois momentos: a experiência pré-pandemia, com foco na metodologia de *imersão* no território e na comunidade; além da experiência definida a partir das limitações impostas pelo isolamento social, ainda em curso. O objetivo da seção é apresentar os efeitos da pandemia sobre o projeto e, também, as adequações e respostas formuladas, potenciais contribuições para o campo da extensão universitária, mesmo para o período pós-pandemia.

Finalmente, nas considerações finais, estão sintetizados os conteúdos apresentados ao longo do texto, de maneira a apontar os avanços das práticas extensionistas identificadas na experiência aqui relatada, além de discorrer sobre os desafios postos diante da necessidade do isolamento social. Espera-se, desta forma, contribuir para o fortalecimento das discussões em torno da extensão universitária no Brasil atual.

1 O trabalho de Friedmann (1987) traz uma classificação das correntes de pensamento em planejamento em quatro categorias: Reforma Social, Análise de Políticas, Aprendizado Social e Mobilização Social.

2 O Entende-se como assistencialista as práticas nas quais a academia se volta para o atendimento das demandas de uma determinada comunidade sem refletir sobre a relação entre essas ações e seus interesses ou “desejos” como pesquisadores, além da perspectiva alienante atribuída por Paulo Freire (STRECK *et al.*, 2015) à comunidade que recebe esses “serviços”. O modelo paternalista, por sua vez, é aqui entendido, assim como Freire, como práticas de viés autoritário e vertical nos quais a academia impõe seus interesses à comunidade, deixando pouco espaço para a participação da população envolvida. O compartilhamento, em contrapartida, pressupõe um alinhamento entre as expectativas de todos os envolvidos – academia e comunidade – entendendo que, neste formato, se alcança um processo mais autêntico e transformador nos trabalhos de extensão (FERRARI LIMA *et al.*, 2019).

2. A construção da extensão universitária no Brasil

Na trajetória de consolidação da extensão universitária no Brasil, que se estendeu por todo o século XX, a maior parte das ações se desenvolveu por meio de um modelo verticalizado e de forte tendência paternalista, tendo a academia como sujeito ativo e detentor do saber, enquanto a comunidade era assumida como agente passivo e sem qualquer capacidade de discussão ou proposição (SERRANO, 2013). Influenciado pela experiência europeia e norte-americana (MELO NETO, 2001 *apud* KOCHHANN, 2017), esse modelo privilegiou práticas associadas à prestação de serviços e ações voluntárias (SERRANO, 2013) caracterizadas por um viés autoritário, derivadas do que Paulo Freire (STRECK *et al.*, 2015) identifica como paternalismo e/ou assistencialismo, e nas quais os acadêmicos se apresentam como “salvadores do povo”.

Segundo Serrano (2013), uma das ações que mais influenciaram a prática da extensão universitária no sentido de um modelo menos verticalizado, na América Latina, foi o Movimento Estudantil de Córdoba, na Argentina, a partir de 1918. O envolvimento dos estudantes contribuiu fortemente, na medida em que sua principal bandeira foi a consolidação de uma extensão com viés mais crítico e com maior engajamento político, incluindo perspectivas de trabalho mais horizontais, embora ainda vinculadas a práticas de caráter assistencialista. Para Serrano (2013), esse movimento:

Torna-se marco de novos paradigmas para extensão universitária, principalmente na América Latina. Os fundamentos deste pensamento estavam numa extensão universitária processual, comprometida com mudanças sociais, com vínculos ideológicos e pensada a partir da militância política dos docentes e discentes (SERRANO, 2013, p. 4).

No Brasil, os anos 1930 deram início à formalização da extensão universitária com a criação do Ministério da Educação e do Estatuto da Universidade Brasileira (BRASIL, 1931), no governo Getúlio Vargas, responsáveis por incorporar os anseios dessa nova frente de atuação das universidades à agenda oficial de planejamento e gestão da educação brasileira (KOCHHANN, 2017). Esse documento definia a extensão como oportunidade de aperfeiçoamento dos estudantes que visavam prolongar a atividade técnica e científica dos institutos universitários para benefício da coletividade, de forma que o público obtivesse conhecimentos úteis à sua vida social e

coletiva (BATISTA; KERBAUY, 2018). Nesses objetivos é possível identificar uma forte tendência no sentido de privilegiar o saber acadêmico, ou seja, uma ação de mão única na qual o público participaria apenas como receptor desses conhecimentos. Ainda assim, é preciso registrar a importância desse passo na direção do reconhecimento desse segmento na relação universidade e comunidades de um modo geral.

Além dessas ações governamentais, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, foi outro marco relevante para a extensão nacional, inaugurando um processo semelhante ao observado na Argentina anos antes. Em outros termos, o movimento estudantil brasileiro também passou a reivindicar o compromisso social da universidade pública por meio de propostas de transformação do ensino, da pesquisa e, principalmente, da extensão (KOCHHANN, 2017). Iniciativas que abrangiam a aproximação entre a academia e a comunidade através de abordagens mais horizontais e diversas, como as Universidades Populares, começaram a ganhar força nos anos seguintes.

Na década de 1960, eventos universitários como o Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado na Bahia (1960), incorporaram os debates políticos impulsionados por Paulo Freire em suas deliberações acerca da extensão e sugeriram a criação de espaços mais acessíveis e inclusivos no ensino universitário (KOCHHANN, 2017). Com isso, a extensão começou a se firmar politicamente em prol do compromisso social da universidade, porém, seus métodos de abordagem ainda se mantinham, na maior parte das vezes, vinculados à prestação de serviços e ao voluntarismo. Ainda que as práticas extensionistas apresentassem avanços em relação à verticalidade das deliberações, seria necessário buscar metodologias de trabalho próximas ao conceito de compartilhamento.

A despeito dos avanços obtidos em 1987, com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras³, são impulsionadas discussões sobre a função social da universidade e a importância da conquista do meio acadêmico para além do modelo assistencialista até então fortemente adotado, ainda que, na prática, esse caráter tenha alguma permanência, a depender do contexto.

A integração da extensão universitária ao ensino e à pesquisa, ao mesmo tempo que consolida os fundamentos da universidade pública no Brasil, abre espaço para que vários campos de saber possam dialogar com a comunidade. Isso não implica a

3 O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, que reuniu os pró-reitores de extensão de diversas instituições de ensino superior (IES), visava discutir a institucionalização e a importância da extensão universitária no Brasil. O mesmo ocorreu anualmente de 1897 a 1990, com algumas versões excepcionais (RODRIGUES, 2003).

homogeneização das experiências extensionistas. Pelo contrário, abre caminhos para que novas modalidades de parceria sejam estabelecidas, a partir de arranjos dentro da própria universidade. Nessa perspectiva, o projeto de extensão Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana, cujas primeiras parcerias têm registro em 2016, vem desenvolvendo ações de curto, médio e longo prazo, tendo como um dos seus princípios a transdisciplinaridade tanto no seu corpo docente quanto nos discentes que integram essas ações. Essa ampliação das equipes pode ser vista como avanço em diversos sentidos já que permite a inserção de diferentes olhares e saberes e, conseqüentemente, agrega a transdisciplinaridade nas relações com a comunidade e dentro do próprio grupo acadêmico.

3. Experimentações, estratégias e avanços: o Projeto Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana

3.1 A prática extensionista antes da pandemia

O projeto de extensão Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana teve início em 2016, como um desdobramento do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH). Na época, o projeto tinha como objetivo promover os LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana –, locais que pudessem fomentar o encontro entre os cidadãos de municípios da RMBH no sentido de manterem a discussão e a prática continuadas sobre planejamento metropolitano. Esses princípios estavam alinhados à Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos, mais especificamente ao Programa de Mobilização Social do PDDI-RMBH⁴. No que diz respeito à estrutura física, os LUMEs foram pensados para se constituir como “escritórios locais de monitoramento e retroalimentação do Plano Metropolitano” (UFMG, 2011, p. 810), promovendo a difusão do plano em linguagem acessível ao público, bem como a formação da cidadania metropolitana e a articulação das redes de comunicação existentes na RMBH, aprofundando o processo participativo no planejamento urbano.

⁴ Para mais detalhes ver PDDI-RMBH no site <http://www.rmbh.org.br/>.

Desde as suas primeiras experiências, a proposta dos LUMEs esteve vinculada à oferta de disciplinas de caráter extensionista, a partir de uma parceria entre a Escola de Arquitetura e a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. O programa das disciplinas incluía o diálogo simultâneo com parceiros em vários municípios da RMBH. Os projetos, voltados para a construção e/ou fortalecimento de uma identidade metropolitana, partiram da iniciativa das próprias comunidades que, durante o processo de elaboração do PDDI e do Macrozoneamento da RMBH, tinham se aproximado das equipes de docentes da UFMG. As questões trabalhadas nas disciplinas dos semestres de 2016/1, 2016/2 e 2017/1 proporcionaram o desenvolvimento de diferentes ações, tais como: a criação de uma Rede de Trabalhadores da Cultura de Neves em Ribeirão das Neves, importante canal de comunicação entre apoiadores do cenário cultural local; o levantamento arquitetônico e desenvolvimento de propostas de projeto para revitalização das edificações históricas da Vila Vicentina em Raposos para utilização cultural e socioambiental pela população do município; apoio na criação da Feira Saia da Linha, importante atividade socioeconômica em Vespasiano; a criação de mapas colaborativos como forma de sistematizar informações levantadas acerca de vários municípios da RMBH, dentre outras.

A partir do segundo semestre de 2017, entretanto, o projeto sofreu uma mudança em seu formato, em decorrência do edital criado pela Pró-Reitoria de Extensão e de Graduação da UFMG, para fomentar projetos e programas que visassem a “Formação em Extensão Universitária” dos seus alunos de graduação. O novo formato, previsto na Resolução nº 12/2015 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG (CEPE/UFMG), objetivava o atendimento da obrigatoriedade de carga horária extensionista estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, permitindo aos alunos integralização desta em seus respectivos percursos curriculares, através da participação em atividades optativas – no caso, uma disciplina prática – de programas ou projetos de extensão universitária.

Essa nova organização permitiu aos alunos integralizar não apenas os créditos da disciplina não obrigatória – eletiva, formação complementar, entre outros –, mas também da atividade extensionista, visto que a participação na disciplina resultava, obrigatoriamente, no contato direto com os parceiros do projeto e na execução das atividades do mesmo. Além disso, a abertura das matrículas à participação de alunos de vários cursos⁵ garantiu a continuação do projeto em seu caráter multidisciplinar.

5 Ao longo das nove disciplinas extensionistas semestrais entre 2016 e 2020 associadas ao projeto de extensão em questão, participaram estudantes de 17 cursos distintos da UFMG, sendo esses: Gestão Pública, Psicologia, Ciências Econômicas, Relações Internacionais, Museologia, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo diurno, Arquitetura e Urbanismo noturno, Turismo, Direito, Geografia, Design, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Mecânica e Medicina.

A disciplina extensionista, nesse novo formato, passou a adotar, a partir de 2017, uma nova metodologia de aproximação com as comunidades na forma de “imersões” no município parceiro. Diferentemente das tradicionais visitas de campo (metodologia até então utilizada), as imersões consistiam em períodos de estadia um pouco mais prolongadas no município (dias de semana e finais de semana). Nessas oportunidades, os estudantes e os docentes permaneciam hospedados em moradias cedidas pela população local. Dessa forma, as imersões propiciaram um maior conhecimento da realidade local, favorecendo a pactuação de ações de interesse mútuo, ou seja, a realização de projetos que atendessem, simultaneamente, às demandas locais e à disponibilidade e desejo dos discentes e docentes envolvidos (princípio do compartilhamento). Também foi fundamental a concentração do projeto em um único município (Raposos, MG), fortalecendo os vínculos necessários para que essas ações pudessem, de fato, ser pautadas pelo compartilhamento.

As imersões potencializaram de modo significativo os diálogos estabelecidos, amenizando barreiras entre estudantes da UFMG e moradores a partir da vivência no cotidiano dos territórios parceiros. É importante destacar também o modo como a experiência de imersão possibilitou o estreitamento dos vínculos com a comunidade local e rendeu trocas valiosas em atividades para além da disciplina. A percepção foi de que o trabalho coletivo e em torno do mesmo objetivo fortaleceu laços que ultrapassaram a universidade e se tornaram mais permanentes.

Ao longo de 2017/2, primeiro semestre adotando a imersão, as ações tiveram foco na participação da população e no fomento da cultura do município, com destaque para a realização do evento Praça Aberta, que mobilizou membros da comunidade local com atividades de seu interesse: venda, divulgação de suas produções e atuações. O evento contou também com um circuito gratuito de micro-ônibus pela cidade durante sua realização, denominada Busona, que procurou facilitar o acesso da população ao evento. Já no semestre de 2018/1, os alunos e alunas da disciplina focaram na promoção da história de Raposos, com um projeto de recuperação das narrativas dos moradores mais antigos em torno da praça da Igreja Matriz, registradas por meio da criação de documentários, além do desenvolvimento e discussão com os moradores de propostas de intervenções arquitetônicas e urbanísticas nessa mesma praça. Em 2018/2, o foco voltou-se para um dos principais parceiros da disciplina, a ONG Casa de Gentil, que

trabalha com a população jovem do bairro Várzea do Sítio, uma área de grande vulnerabilidade social de Raposos. Dessa forma, estudantes e moradores se mobilizaram a partir de oficinas de dança, fotografia, contações de história e música, além de atuarem na ampliação da visibilidade desta por meio da construção conjunta do seu website. Ainda nesse mesmo semestre, as festividades locais do Congado foram registradas através da criação de vídeos por parte de alunos e moradores.

Apesar das diferentes ações realizadas, um aspecto comum aos três semestres anteriormente citados foi o de orientar o desenvolvimento da disciplina e seus produtos de acordo com a demanda do momento, evitando-se escopos rígidos e pré-definidos. O objetivo era evitar a imposição do saber técnico acadêmico, buscando ampliar, ao máximo, o espaço para o compartilhamento.

As imersões potencializaram de modo significativo os diálogos estabelecidos, amenizando barreiras entre estudantes da UFMG e moradores a partir da vivência no cotidiano dos territórios parceiros. É importante destacar também o modo como a experiência de imersão possibilitou o estreitamento dos vínculos com a comunidade local e rendeu trocas valiosas em atividades para além da disciplina. A percepção foi de que o trabalho coletivo e em torno do mesmo objetivo fortaleceu laços que ultrapassaram a universidade e se tornaram mais permanentes.

Ao longo de 2017/2, primeiro semestre adotando a imersão, as ações tiveram foco na participação da população e no fomento da cultura do município, com destaque para a realização do evento Praça Aberta, que mobilizou membros da comunidade local com atividades de seu interesse: venda, divulgação de suas produções e atuações. O evento contou também com um circuito gratuito de micro-ônibus pela cidade durante sua realização, denominada Busona, que procurou facilitar o acesso da população ao evento. Já no semestre de 2018/1, os alunos e alunas da disciplina focaram na promoção da história de Raposos, com um projeto de recuperação das narrativas dos moradores mais antigos em torno da praça da Igreja Matriz, registradas por meio da criação de documentários, além do desenvolvimento e discussão com os moradores de propostas de intervenções arquitetônicas e urbanísticas nessa mesma praça. Em 2018/2, o foco voltou-se para um dos principais parceiros da disciplina, a ONG Casa de Gentil, que trabalha com a população jovem do bairro Várzea do Sítio, uma área de grande vulnerabilidade social de Raposos. Dessa forma, estudantes e moradores se mobilizaram a partir de oficinas de dança, fotografia, contações de história e música, além de atuarem

na ampliação da visibilidade desta por meio da construção conjunta do seu website. Ainda nesse mesmo semestre, as festividades locais do Congado foram registradas através da criação de vídeos por parte de alunos e moradores.

Apesar das diferentes ações realizadas, um aspecto comum aos três semestres anteriormente citados foi o de orientar o desenvolvimento da disciplina e seus produtos de acordo com a demanda do momento, evitando-se escopos rígidos e pré-definidos. O objetivo era evitar a imposição do saber técnico acadêmico, buscando ampliar, ao máximo, o espaço para o compartilhamento.

6 A história de Raposos está intrinsecamente ligada à mineração. Foi devido à presença de minérios na região que se deu a ocupação da cidade, e por muitos anos a mineração foi a principal atividade econômica do município, até o fechamento da Mina de Raposos, em 1998, que levou a um declínio da economia municipal. Até hoje, muitos habitantes, apesar de reconhecerem a problemática da mineração, não admitem discussão acerca do tema, devido à ligação familiar à atividade minerária.

No semestre seguinte (2019/1), o desenvolvimento da disciplina e do projeto de extensão foram orientados para a temática da mineração, que permeia Raposos e sua história⁶. Com o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em janeiro de 2019, e a ameaça de rompimento de três barragens de rejeitos de mineração sobre o município de Raposos, esse tema se tornou central porque afetou diretamente a vida cotidiana da região. A fim de atender às preocupações da população em relação à atividade minerária e às barragens de rejeitos, foram firmadas parcerias com as escolas estaduais e municipais de nível fundamental e médio de Raposos e com alunos da UFMG, que produziram cartilhas, vídeos e documentários relacionados a essa temática. Para apresentação desses produtos, foi realizado um evento na Escola de Arquitetura da UFMG no qual moradores e estudantes de Raposos tiveram, em sua maioria, um contato inédito com o meio acadêmico.

O conhecimento acerca do risco imposto pelas barragens de rejeitos levou o grupo a vivenciar as permanências em Raposos a partir de outra perspectiva. Situações nunca antes experimentadas pela maioria, tais como conviver com o risco a menos de uma hora da casa onde permanecemos durante as imersões, a presença de grande parte da comunidade, que conhecemos por nome, sobrenome e endereço, muitos em áreas de risco de inundação, eram agora elementos que passavam a permear também a nossa realidade e cotidianidade. Compartilhamos também a presença de sinalização para as rotas de fuga e o piso pintado em vermelho nas áreas de autossalvamento (onde seria atingido em caso de rompimento e, por isso, cada um deveria ser responsável por se salvar, caso se encontrasse nessas áreas). A partir de então, reuniões comunitárias acerca de procedimentos de evacuação do município eram recorrentes e mostraram, aos envolvidos nas disciplinas, como era importante continuar trabalhando com o tema da mineração em Raposos e no Vetor Sul da RMBH.

Cabe resgatar o seguinte relato registrado na disciplina UN1009 de 2020, que representa bem a forte incerteza e a violência que caracteriza a atividade minerária na RMBH, bem como as tensões experimentadas no contato com o dia a dia dessas comunidades atingidas:

[...] E [tem] a retirada de Socorro né? Não sei se vocês conhecem a história, mas o negócio estava planejado e decidido com antecedência e eles tocaram a sirena uma hora da manhã, assustando o povo, o povo saindo feito louco, subindo a Serra sem saber o que estava acontecendo, tirando idoso acamado de dentro de casa de carrinho de mão para passar a madrugada no alto do morro, porque ninguém sabia o que fazia, e a Vale, com um monte de ônibus com lanchinho pronto, esperando eles logo abaixo da comunidade. Ninguém nem sabia que tinha esse esquema, o povo correu para o alto do morro para saber o que fazia, o que acontecia. Então, esse foi um enorme baque aqui para as comunidades vizinhas também, porque desestrutura tudo né? indiretamente, retira renda, fragiliza... por exemplo, aqui tem uma festa, tinha, Socorro tinha uma cavalhada antiga que tinha 300 anos de tradição, e André do Mato Dentro essa é uma região que tem um circuito grande de cavalhadas, Santa Bárbara tem, Morro Vermelho tem, também tem a que eles reivindicam ser a mais antiga de Minas e aqui em André tinha uma cavalhada feminina, que tava com mais de 20 anos de, de história e aí corriam nessa cavalhada as mulheres de Socorro, de Cruz dos Peixotos e de André, então com a evacuação de Socorro, com a destruição de Socorro, acabou isso aqui também, não tem mais né? (Participante A, relato retirado da transcrição da disciplina “UN1009 2020/1 – Trama Verde e Azul: Interface entre planejamento e projeto do PARNA Gandarela”, 2020)

Dessa forma, movidos pela experiência anterior, em 2019/2 o projeto buscou aprofundar e problematizar a temática da mineração e do meio ambiente de Raposos, com destaque para a importante reserva natural do Parque Nacional da Serra do Gandarela (PNSG)⁷. Para tal, a metodologia passou a ser pensada a partir de um novo formato: a imersão a uma só vez, por meio de uma travessia pelo Parque. A travessia, prática inovadora no âmbito do projeto, objetivou a compreensão, por parte do grupo de caminhantes (discentes, docentes, moradores e ambientalistas), da importância dessa reserva, bem como das disputas em torno de seus recursos naturais, especialmente do minério de ferro e da água, tudo isso com uma abordagem prática, em contato com o ambiente e (geo)ecossistemas da região e com as comunidades que ali habitam. A travessia foi realizada dentro do Parque, num percurso entre Raposos e Ouro Preto (aproximadamente 70 km), entre os dias 14 e 18 de agosto de 2019. A disciplina contou

7 O PNSG foi criado em 2014, após longo processo de disputas entre movimentos sociais e interesse minerário, com destaque para a atuação do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela. A Unidade de Conservação (UC) possui cerca de 31.000 hectares, distribuídos nos municípios de Nova Lima, Raposos, Caeté, Ouro Preto, Rio Acima, Santa Bárbara, Mariana e Itabirito. Possui grande importância geológica, hidrológica, social, cultural e biológica para a região, sobretudo devido à presença das Cangas Ferruginosas em grande parte de sua extensão territorial (BRASIL, 2010).

com a participação de 35 alunos, perfazendo um total de aproximadamente 50 pessoas entre moradores, parceiros autônomos, professores, estudantes, representantes de organizações não governamentais e de instituições federais, mantendo-se o seu caráter imersivo e extensionista. A travessia permitiu aos estudantes perceber a realidade física e social do PNSG, além de compreender, de perto, sua importância ambiental e econômica para a região, assim como as disputas que ali estão em jogo.

A partir dessas experiências, o grupo de docentes se ampliou e novas pesquisas, grupos de estudo e disciplinas foram desenvolvidas tendo como foco os territórios minerários e a Serra do Gandarela ⁸. Entre essas pesquisas podemos destacar: “Planejamento urbano e regional e conservação ambiental: concepções, processos e escalas”, coordenada pela professora Elisângela Chiquito, da qual se desdobrou a pesquisa de iniciação científica intitulada “Ordenamento territorial e conservação ambiental: estudo de caso do Parque Nacional da Serra do Gandarela” e desenvolvida por discentes, dentre os quais duas das autoras; e a pesquisa “Territórios Minerários”, coordenada pela professora Junia Ferrari, que surgiu posteriormente à travessia motivada pela percepção do conflito local gerado pela atividade minerária e que conta com a participação de alunos de graduação e pós, professores e convidados de diferentes áreas do conhecimento. Também está em curso, atualmente, a pesquisa sobre as relações entre as mineradoras da região e as organizações da sociedade civil, no sentido de fomentar o que os autores nomeiam por empreendedorismo social.

No início de 2020, o plano era realizar uma segunda travessia que passaria pelo Parque Nacional da Serra do Gandarela, além de incluir três comunidades que estão na zona de amortecimento da Unidade de Conservação: Raposos, Morro Vermelho (Distrito de Caeté) e André do Mato Dentro (Distrito de Santa Bárbara). O trajeto escolhido para a caminhada foi pensado juntamente com os parceiros da extensão e levava em consideração a necessidade de aproximação com as comunidades mais afetadas pelas atividades minerárias na região, planejamento que se tornou inviável diante da pandemia da COVID-19 e da consequente interrupção das aulas presenciais, em março de 2020.

⁸ Entre as disciplinas que estão vinculadas ao tema do projeto estão: URB-016 – Oficina de Planejamento Urbano: Problemas de Desenvolvimento Urbano Municipal; URB-051 – Planejamento urbano para municípios de pequeno porte; URB-017 – Oficina de Planejamento Urbano: Problemas de Planejamento de Ocupação em Sub-Bacias; e a já mencionada UN1009 – Trama Verde e Azul: interface entre planejamento e projeto do PARNA Gandarela.

3.2. A prática extensionista no período de pandemia: avanços e desafios

O projeto de extensão Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana da EA/UFMG precisou ser reestruturado em decorrência da COVID-19⁹, tendo em vista os efeitos da pandemia sobre as dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas. Um dos fatores de grande impacto nessas relações foi o estabelecimento de medidas de isolamento social, principal ferramenta de controle sobre a disseminação da doença frente à ausência de uma vacina efetiva em um curto período de tempo. Apesar do distanciamento social ter sido estabelecido de diferentes formas por cada município, algumas medidas foram unânimes, como a interrupção temporária do ensino presencial, por exemplo. Esse fato implicou na criação de novos formatos pedagógicos dependentes do uso de tecnologias da comunicação e informação (TDIC) no processo de ensino e aprendizagem. A alternativa autorizada pelo Ministério da Educação e utilizada por muitas instituições foi o Ensino Remoto Emergencial (ERE), como forma de compensação das aulas presenciais por meio de aulas remotas. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram utilizadas plataformas para atividades síncronas e assíncronas, como o *Microsoft Teams*, a plataforma *Zoom*, a transmissão de conteúdos por TV, rádio ou canal digital, variando de acordo com cada curso e disciplina. Vale destacar, porém, o grande desafio desse método, uma vez que mais da metade dos domicílios brasileiros não têm um computador e que 33% não têm acesso à internet (CETIC – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação).

No caso da disciplina extensionista vinculada ao projeto Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana, a adaptação ao ensino remoto foi um grande obstáculo, já que uma parte importante do formato proposto originalmente foi inviabilizada: o convívio direto entre os alunos e a sociedade civil por meio da metodologia das imersões. A tarefa de possibilitar o compartilhamento de informações entre os envolvidos, de forma virtual, demandou reinventar as formas de compartilhamento e interação com o território à distância, buscando zelar pelas relações construídas presencialmente e pela continuidade dos vínculos estabelecidos.

Nesse sentido, durante o período de atividades remotas foram desenvolvidas duas experiências importantes. A primeira se refere ao evento *online* “Travessia do Parque

⁹ O novo coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela pandemia de 2020, apesar de ter uma letalidade baixa, possui alto grau de contaminação devido à velocidade de sua propagação (ARRUDA, 2020). A inexistência de tratamentos, vacinas e o desconhecimento da nova doença até então explicam as decisões tomadas por órgãos mundiais e governos de decretar medidas de isolamento social e determinar o funcionamento de apenas serviços essenciais, em acordo com recomendações dadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Na grande maioria dos casos, atividades de academias, museus, cinemas, escolas, instituições de ensino superior, dentre outras, foram interrompidas por tempo indeterminado com o objetivo de interromper a curva da contaminação.

Nacional da Serra do Gandarela 2020, mobilizado em conjunto com a ONG Casa de Gentil de Raposos, além de representantes do ICMBio e de outras organizações ambientalistas locais, em junho de 2020. O evento consistiu em um encontro *online*, por meio da plataforma *Jitsi*, aberto a qualquer pessoa com acesso ao link (disponibilizado pelas redes sociais pessoais e de parceiros), com intuito de retomar as vivências de 2019 da Travessia do Parque Nacional da Serra do Gandarela e aproximar o olhar para os territórios que seriam visitados em 2020 – Morro Vermelho, André do Mato Dentro e Raposos.

Com o objetivo de dar continuidade aos laços estabelecidos e às discussões sobre a região da Serra do Gandarela, o evento envolveu importantes agentes ligados ao projeto, incluindo bolsistas, professores de diversos campos do saber, representantes de organizações governamentais e não governamentais, ativistas e moradores. O compartilhamento das diferentes perspectivas sobre esses territórios permitiu a retomada do diálogo entre os participantes do encontro e a ampliação desse diálogo por meio da participação de um total de 75 pessoas. A reaproximação entre os agentes envolvidos, retomando o contato durante o período de afastamento social, foi bem acolhido pelos participantes, bem como a importância do cuidado durante o período de pandemia, como abordado nos relatos:

Ai gente, muitas emoções esse encontro... Eu fiquei ansiosa o dia todo, não consegui fazer mais nada, porque uma das coisas mais fortes, assim, que tem sido mais difícil de lidar nos últimos tempos tem sido ficar afastada mesmo... Das pessoas, todas as pessoas do mundo, né, mas afastada (...) desse lugar que não é a faculdade, não é o prédio, mas as pessoas que eu conheci por lá [...] (Participante B, relato retirado da transcrição do evento *online* “Travessia do Parque Nacional da Serra do Gandarela 2020”, 2020).

[...] que todos estejam atentos aí pra pensar melhor o resguardo das pessoas né, nesse momento aqui a gente uma comunidade bem idosa né, maioria na faixa de risco, então tá prezando bastante por essa atenção né, na diminuição da circulação e nesse cuidado né, que a gente espera que seja momentâneo né, apesar da imprevisibilidade do momento (Participante C, relato retirado da transcrição do evento *online* “Travessia do Parque Nacional da Serra do Gandarela 2020”, 2020).

Para além da organização do evento, foram apontadas várias possibilidades de continuidade do projeto, tais como a criação de *podcasts*, entrevistas com moradores mais antigos da região, realização de visitas virtuais aos territórios parceiros e a retomada da história de ocupação desses locais como forma de enaltecimento das identidades locais. Um dos produtos que resultou desse período foi a transcrição e sistematização do áudio do encontro virtual, que possibilitou a criação de um banco de relatos acerca do cenário atual da região, da vivência do ano anterior, da dinâmica de relações e afetos estabelecidos entre as pessoas e os territórios, das características físico-ambientais e históricas, dentre outros. Essas informações foram complementadas por meio de formulário do Google Forms, enviado aos participantes após o evento com questões relacionadas ao tema e ao projeto de extensão ¹⁰.

Nos meses posteriores foram estabelecidas novas articulações com os territórios, sendo uma delas a participação de representantes do projeto na organização e gravação do episódio “Diálogos travessias: Gandarela” promovido pelo projeto de extensão “Travessias” do Instituto de Geociências da UFMG (DIÁLOGOS TRAVESSIAS, 2020). No episódio, do qual participaram também outros parceiros do projeto, foi feita uma apresentação da Serra do Gandarela sob as diferentes perspectivas dos convidados, apontando a pluralidade da região, bem como suas inúmeras qualidades e potências, diretamente ameaçadas pela mineração. Apesar da divulgação do episódio ter oficialmente se limitado às redes sociais do projeto Travessias, o *podcast* possui grande potencial de atingir um maior público em função da sua linguagem de fácil compreensão, podendo ser difundido em canais de rádio de modo a alcançar o cotidiano das pessoas e contribuir com a rede de proteção da região.

A segunda experiência desenvolvida à distância foi o oferecimento da disciplina de formação transversal de caráter extensionista UNIOO9 – Trama Verde-Azul: interface entre planejamento e projeto no PARNA Gandarela, organizada a partir da sugestão de um dos representantes das comunidades abrangidas pelo projeto, como uma alternativa emergencial à Travessia do Parque Nacional da Serra do Gandarela de 2020. A disciplina foi organizada em dois módulos: o primeiro através de aulas e depoimentos de especialistas, professores e convidados externos, abordando temas relativos à mineração, meio ambiente, cultura e desafios da região do PNSG e arredores. O segundo módulo contemplou “travessias virtuais” propriamente ditas, realizadas a partir de

10 Desse banco de dados desenvolveu-se, posteriormente, um artigo publicado em agosto de 2020, que aponta as possibilidades para uma nova configuração emergencial da extensão diante do COVID-19 e reforça a importância da discussão acadêmica acerca das práticas extensionistas, especialmente durante esse período de crise sanitária, como reconhecido por um dos participantes durante o evento online: “[...] Ouvir vocês aqui agora já me encheu de ideias e de expectativas” (Participante D, relato retirado da transcrição do evento online “Travessia do Parque Nacional da Serra do Gandarela 2020”, 2020).

encontros remotos com representantes de cada comunidade – Raposos, Morro Vermelho e André do Mato Dentro – para que pudessem trazer aos alunos sua percepção em relação às memórias, vivências e importância da região onde se daria a segunda travessia.

Por ser realizada de modo virtual, a disciplina, embora tenha limitado a compreensão mais aprofundada da realidade local, permitiu uma maior diversidade e flexibilidade de acessos. Ou seja, foi possível a participação de diferentes agentes, incluindo moradores, representantes de movimentos sociais, professores, bolsistas e servidores públicos, contribuindo para uma compreensão da dinâmica local a partir de diferentes perspectivas. A escuta e a troca entre esses diferentes agentes, tanto por meio de relatos informais quanto por meio de aulas expositivas, ajudaram na manutenção e ampliação da rede de proteção da região da Serra do Gandarela, uma vez que ampliou o acesso a informações da realidade local relacionadas aos aspectos físico-territoriais, históricos, políticos e socioculturais, contribuindo para o estabelecimento e/ou aprofundamento do vínculo com os territórios.

Ao longo da disciplina, foi desenvolvido um conjunto de propostas formuladas pelos alunos em torno de cinco eixos temáticos – dinâmicas sociais, dinâmica econômica, mobilidade, físico-ambiental e histórico-cultural – a partir dos quais cada grupo articulou o conteúdo trabalhado e propôs atividades que podem vir a ser desenvolvidas futuramente pelo grupo de extensão e pesquisa, ou ainda servir como referência para demais ações orientadas pela garantia dos direitos humanos e ambientais da região. Outro produto da disciplina foi o compartilhamento de imagens pelos moradores, seja de modo síncrono, durante a realização dos encontros, seja de modo assíncrono, por meio de conteúdos registrados previamente. Essa estratégia mostrou grande potência uma vez que os moradores são os agentes mais próximos do território e, portanto, capazes de repassar informações sobre as condições locais em tempo real. Além da possibilidade de divulgação de conteúdo pelos próprios moradores, há ainda a possibilidade do uso de canais de conteúdo já existentes como páginas de *Facebook* e *Instagram*, muitas vezes de conhecimento dos moradores ou movimentos locais, incentivando o fortalecimento da rede e o reconhecimento público dos temas tratados.

Cabe destacar ainda a importância da academia no incentivo às práticas de visibilidade do patrimônio cultural e ambiental da Serra do Gandarela, como apontado

em um dos encontros virtuais, possibilitando maior reconhecimento e legibilidade às temáticas tratadas e incentivando o reconhecimento e notoriedade do tema, conforme reforçado por um dos participantes das aulas ministradas *online*:

A academia é fundamental porque... a produção acadêmica ela tem um timing diferente de quem tá no frente de luta ou da comunidade que está subjugada a essa situação de boicote e tem que se virar para arranjar um emprego, tem que ir para outro lugar como os filhos do Morro Vermelho, então, e nós que estamos na luta como eu estamos ali na, no frente de batalha a cada dia para impedir uma licença aqui, para lutar contra aquilo, então, a academia nós sempre vimos como [...] um espaço de produção do conhecimento onde quem está ali, seja o corpo docente quanto os alunos, estão numa fase que é pra isso, tem mais tempo, tão liberados da realidade do território, tão liberados do dia a dia da militância, a academia trazer e ajudar a construir esses elementos, os fatos, as narrativas corretas, baseadas em todas as questões bem acadêmicas e científicas, isso traz pra nós ferramentas preciosas que quando a gente vai para os embates dos interesses econômicos uma coisa é dizer eu [...] acho isso, eu tenho certeza disso, mas se eu chegar com uma tese de mestrado, doutorado, com parecer feito em uma universidade ou um trabalho produzido por um coletivo de alunos, com todo uma, uma questão seguindo a metodologia científica, isso traz um diferencial nessa disputa de quem é que é dono da verdade, porque o setor minerário que é o que eu conheço, eles sempre apelam “ah não isso é o que eles estão falando”, mas não eu tenho aqui esse estudo, tenho aqui esse documento [...] (Participante E, relato retirado da transcrição da disciplina “UNI009 2020/1 – Trama Verde e Azul: Interface entre planejamento e projeto do PARNA Gandarela”, 2020).

Entre as dificuldades observadas durante o desenvolvimento da disciplina, a mais recorrente foi o problema de acesso à internet, especialmente em áreas mais afastadas dos serviços de infraestrutura urbana, como Morro Vermelho e André do Mato Dentro. Como já apontado, embora seja possível o compartilhamento de imagens e áudios síncronos, esses canais nunca são equivalentes à vivência no território e à imersão na realidade local, sendo incapazes de permitir a percepção multissensorial e o diálogo simultâneo entre várias pessoas, por exemplo.

Durante o período da pandemia ocorriam também outras atividades remotas, como a criação e desenvolvimento, por parte da equipe do projeto de extensão, do projeto arquitetônico da sede da ONG Casa de Gentil em Raposos – uma demanda urgente que partiu da oportunidade de financiamento da obra. O desafio de se criar um projeto completamente à distância, somente por meio de fotos, vídeos e

videoconferências, via *Whatsapp* e *Zoom*, e em um curto prazo de tempo, tornou evidente a dificuldade de comunicação pelo meio digital, especialmente no que tange à criação de rascunhos e desenhos. Apesar disso, foi possível finalizar esse projeto e, em 2021, foram iniciadas as obras da sede da ONG parceira.

Ademais, uma outra ação importante desse momento foi a publicação da Revista LUMES – Lugares de Urbanidade Metropolitana: experiências na RMBH, que registra as ações do projeto nos semestres de 2016/1, 2016/2 e 2017/1. Paralelamente a isso, foi criado e aplicado um questionário por meio do *Google Forms*, também em 2021, acerca da percepção de estudantes, moradores e parceiros sobre suas experiências e vivências com o projeto, que possibilitou coletar importantes informações para a compreensão das práticas até então adotadas.

É válido ressaltar também a importância da atuação do projeto em eventos e artigos acadêmicos, impulsionada pelo atual contexto de distanciamento social. Destaca-se, assim, a participação da equipe em eventos como o 1º Simpósio de Pesquisa em Planejamento e Projeto em Diferentes Escalas Territoriais, o 23º Encontro de Extensão da Semana do Conhecimento da UFMG, o VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, o 9º Congresso Nacional de Extensão Universitária e a 20ª Jornada de Extensão UFMG, que tiveram papel essencial no intercâmbio de informações e estratégias utilizadas por outras equipes durante o processo em curso da reformulação da forma de atuação da extensão.

4. Conclusões e encaminhamentos

As novas condições econômicas, sociais, ambientais e culturais proporcionadas pela pandemia do COVID-19 em 2020 implicaram uma série de alterações nas relações humanas de modo geral, especialmente em função da necessidade do distanciamento social. Um dos aspectos diretamente influenciados por essas alterações foram as atividades extensionistas, uma vez que são pautadas pela aproximação entre a universidade e a sociedade civil.

Especificamente em relação ao projeto Construindo Lugares de Urbanidade Metropolitana, o período de isolamento social impactou significativamente, já que uma

parte importante do projeto – a metodologia das imersões nos territórios parceiros – foi suspensa. Entretanto, é preciso ter em mente que retomaremos os trabalhos em algum momento e que essa metodologia se mostrou como uma inovação eficaz, portanto, deve permanecer. Além dessa importante estratégia de aproximação, também já estava em curso formas de pactuação das atividades mais horizontais, e que também se mostraram bem potentes, contrariando os tradicionais formatos mais assistencialistas. Nesse outro modo de pactuação, todos os envolvidos participam e decidem, sem privilegiar qualquer uma das partes. Isso significa um grande avanço em relação às antigas práticas extensionistas, inaugurando um ciclo de ações onde os saberes locais assumem importância e passam a ser incorporados aos modos de trabalho.

O caráter transdisciplinar, bem como o alinhamento direto com as disciplinas e os projetos de pesquisa, demonstra também a consolidação da extensão como parte fundamental da universidade pública. Nesse caso, o projeto de extensão foi o impulsionador dos demais, pois levantou questões, conteúdos e experiências que se desdobraram em pesquisas científicas e disciplinas da graduação, além de publicações e participação em eventos acadêmicos. Em síntese, a extensão caminha no sentido de se fortalecer como uma importante dimensão da universidade na medida em que assume protagonismo na cena acadêmica como celeiro de experiências fortemente alinhadas à realidade brasileira e, conseqüentemente, capazes de suscitar importantes conteúdos e reflexões a serem incorporados nas pesquisas e disciplinas.

O isolamento provocado pela pandemia, por sua vez, diferentemente do que se esperava, conseguiu ser superado em parte. A elaboração de podcasts e de reuniões online, ainda que algumas vezes dificultadas por causa da desigualdade no acesso à internet de qualidade, demonstraram ser canais importantes de comunicação que devem permanecer nas ações futuras. A criação de formulários para coletar informações acerca da percepção de alunos, moradores e parceiros sobre o projeto também se mostrou bem eficaz, pois alcançou um grande grupo de participantes, possibilitando o registro de importantes informações que serão processadas oportunamente. Também foi surpreendente o resultado na utilização dos espaços virtuais para a elaboração de projeto arquitetônico colaborativo para a sede da ONG Casa de Gentil. Ou seja, o repertório de metodologias de trabalho foi ampliado e deve ser incorporado para ações futuras.

Todas essas novas experimentações demonstraram ser ferramentas eficazes. Entretanto, é válido destacar que o engajamento dos parceiros na continuidade dessas

atividades foi consequência das relações construídas anteriormente, de forma presencial e continuada. Em outros termos a aproximação com as comunidades ainda é o elemento mais importante para o fortalecimento da extensão e deve continuar pautando os trabalhos nessa área. Essas novas metodologias, associadas às transformações que já estavam em curso, demonstram que a extensão avança na direção de consolidar novos tempos na formação das alianças entre universidade e sociedade civil. Certamente devem ser tempos marcados pelo uso da tecnologia, pelo fortalecimento da interdisciplinaridade, pela consolidação de ações pautadas na autonomia dos indivíduos e na transformação social, sem, contudo, prescindir da aproximação direta com os parceiros e com a realidade social brasileira.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede – Revista de Educação a Distância*, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BATISTA, Z. N. KERBAUY, M. T. M. A Gênese Da Extensão Universitária Brasileira No Contexto De Formação Do Ensino Superior. *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 916-930, jul./set., 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11178>. Acesso em: 14/12/2020.

BRASIL. MMA – Ministério do Meio Ambiente. *Proposta de Criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela*. Brasília: MMA/ICMBio, 2010.

BRASIL. *Decreto 19.851* de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. Brasília, 1931.

DE PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces-Revista de Extensão da UFMG*, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

DIÁLOGOS TRAVESSIAS: GANDARELA. Entrevistadoras: Beatriz Ribeiro Bartholo e Lucas Lobato. Entrevistadas: Junia Ferrari de Lima, Maria Tereza Corujo, Paulo Baptista e Tarcísio Nunes. [S.I.]: Belo Horizonte, 7 de agosto de 2020. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/4W7e6cqjIrLegqLp5L5eMc?si=r9rZKHKRQQiiYp5BAkuATQ>>. Acesso em: 7 de agosto de 2020.

FERRARI LIMA, J. M.; RIERA, H. E.; ZANATTA, L. Y. A. A extensão em construção: uma experiência de 'imersão' em Raposos/MG. *Anais XVIII ENANPUR*, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais>>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012.

FRIEDMANN, J. Planning in the public domain: from knowledge to action. Princeton: Princeton University Press, 1987.

KOCHHANN, A. A extensão universitária no Brasil: compreendendo sua historicidade. Anais da VI Semana de Integração Inhumas: UEG, 2017, p. 546-557.

RODRIGUES, M. M. Revisitando a história - 1980-1995: A Extensão Universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas brasileiras. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 16, n. 002. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2003, pp. 135-175

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, v. 13, n. 8, 2013.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J.(Ed.). *Dicionário Paulo Freire*. Autêntica, 2015.

UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Relatório final, Volume 4: Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários. Belo Horizonte, maio de 2011.